

A CASA DO BANDEIRANTE: UMA REVISÃO DE SUAS ORIGENS

THE HOUSE OF THE BANDEIRANTE: A REVIEW OF ITS ORIGINS

Günter Weimer¹

RESUMO

O tema da casa bandeirista não é novo. Porém, até agora foi pouco explorado o exame de suas origens tipológicas, ressaltadas as constatações de que tenham sido provenientes de Portugal, com algumas influências da arquitetura indígena. Nossos estudos constataram a existência de outras influências como a africana (tanto da África Branca como Negra), a berbere e a germânica. E, contra as expectativas, não foi possível detectar significativas influências indígenas. Também se pretende discutir as eventuais influências orientais na configuração das mesmas

Palavras-chave: Casas bandeiristas. Arquitetura popular. Taipa. Arquitetura colonial brasileira.

ABSTRACT

The study of the bandeirista house is not new. However, so far the analysis of its typologic origins has not been well explored, except for the remark that it has Portuguese origins with some Amerindian architecture influence. Our studies reveal the occurrence of other influences, such as African (from both black and white Africa), Berber, and Germanic. But in opposition to the expected, no significant Amerindian influence was detected. The present paper also intends to discuss the possible Eastern influences in its configuration.

Keywords: *Bandeiristas houses. Vernacular architecture. Rammed earth technique. Brazilian colonial architecture.*

Desde há muito a questão da casa do bandeirante vem sendo objeto de nossa curiosidade seja por dever de ofício, como professor de história da arquitetura brasileira, seja em decorrência de nossas pesquisas sobre nossa arquitetura popular. Quando publicamos o livro *Arquitetura popular brasileira*², receosos de causar eventuais polêmicas, foram contornadas algumas questões suscitadas pelo tema. Porém a apresentação de alguns pontos passíveis de motivar controvérsias no Congresso Internacional da História

1 Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Professor titular aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FAU-PUCRS. E.mail: gunterweimer@gmail.com

2 WEIMER, Günter. *Arq. pop. Bras.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

da Construção Luso-Brasileira³ mostrou que os receios eram infundados, em razão do que se resolveu nesta contribuição apresentar pontos de vista sobre as possíveis origens das mesmas.

Parece não haver dúvidas sobre os méritos de Luís Saia⁴ e de Mário de Andrade⁵ terem trazido à tona a importância da contribuição destas construções no cenário da história de nossa arquitetura popular. Embora não seja uma exclusividade o emprego da taipa de pilão nestas construções, também parece que o estudo desta técnica construtiva adquiriu relevância a partir dos estudos por estes pioneiros.

A descoberta de cerca de uma dezena de construções de configuração singular na cidade de São Paulo e seus arredores passou a chamar a atenção de diversos autores. Inicialmente, eram as próprias construções que serviam de base para estes estudos. Naquele tempo os arquitetos eram pouco afeitos à realização de levantamentos em arquivos. A fonte principal destes estudos eram as próprias construções. A escassez de dados e as idiossincrasias vigentes fizeram com que fossem procurados elementos de apoio na literatura técnica portuguesa. Os poucos resultados levaram a que estudiosos fossem a Portugal procurar por elementos mais esclarecedores. Aos poucos foi se tomando consciência da importância das pesquisas de campo. No entanto, nem estas trouxeram resultados satisfatórios.

Parece ser uma regra do espírito humano que, quando pouco se sabe a respeito de um assunto, mais se aguça a imaginação. Isso, normalmente, conduz a resultados que, em vez de esclarecer, acabam por levar as contradições que mais confundem que esclarecem.

Apesar da percepção da existência de interpretações divergentes, não nos foi facultado aprofundamento destas questões em pesquisas de arquivo pelo fato de não termos tido condições de consultar diretamente a documentação histórica existente nos acervos paulistas, questão da qual nos ressentimos até o presente. No entanto, a realização de quase uma dezena de viagens de estudo a Portugal, quatro, à África e a realização de estudos sobre a arquitetura popular germânica, abriram-nos algumas perspectivas interpretativas que podem contribuir para o entendimento da questão.

A primeira questão envolve a denominação dada a esta manifestação construtiva: casa bandeirista ou do bandeirante. Ora, todas as palavras são carregadas de ideologias. Cumpre, portanto, examinar sob que condi-

3 Realizada em Vitória, Espírito Santo, entre 04 e 06 de setembro do corrente ano.

4 SAIA, Luís. Morada Paulista. São Paulo: Perspectiva, 1972. Este livro é a reunião de uma série de artigos publicados na revista *Acrópole*, na década de 1950.

5 ANDRADE, Mário de. Capela de Santo Antônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 1, 1937.

ções históricas surgiu esta designação. É sabido que São Paulo desempenhou um papel secundário na política e na economia brasileira durante o período colonial e somente no Segundo Império começou a assumir uma presença mais relevante no cenário nacional na medida em que o café começou a migrar do Vale do Paraíba para o planalto paulista. Após a I Guerra Mundial, São Paulo passou a assumir a liderança da economia nacional. Para celebrar este desempenho, as celebrações do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo serviram para ostentar a marcante presença do Estado no cenário nacional.

Dentro deste cenário, o passado de marginalidade passou a ser revisto e a figura do bandeirante desbravador dos sertões e alargador das fronteiras nacionais passou a ser apresentado como um herói da consolidação da nacionalidade brasileira. Se estas atividades resultaram em amplo genocídio das populações nativas e se a consolidação das fronteiras brasileiras foi o resultado de uma bem urdida trama montada pela administração do Marquês do Pombal, estes fatos foram relegados a um plano secundário à custa de uma glorificação da figura do bandeirante. Apesar de baixa estatura média dos portugueses e ainda menor dos indígenas, Alfredo Ellis⁶ via nos bandeirantes uma “raça de gigantes”. A constrangedora pobreza documentada nos inventários seiscentistas foi convertida em estoicismo e desprendimento de bens materiais nos escritos de Alcântara Machado⁷. A simples leitura dos escritos destes autores e seus contemporâneos evidencia que seus argumentos, em muitos aspectos, se aproximam mais da ficção romântica que da realidade factual.

Passada a euforia dos festejos do quarto centenário, novos pesquisadores passaram a examinar a questão com maiores cuidados. Aqui vale destacar os estudos de Carlos Lemos⁸ que deixaram claro que estas eram dos fins do século XVII e ao longo de XVIII. Estas datações vieram a trazer novas perspectivas interpretativas visto que neste período o movimento bandeirista estava em plena decadência, como foi demonstrado por Monteiro⁹. A contribuição deste autor também se constitui em peça fundamental para a reavaliação da sociedade paulista e de sua arquitetura por ter demonstrado que sua atividade principal não consistia se apenas na caça ao indígena e sua revenda às fazendas açucareiras, mas que eram importantes agricultores. Com sua produção de trigo, haviam se tornado significativos

6 ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. São Paulo: Nacional, 1934.

7 MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943.

8 LEMOS, Carlos A.C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, entre outras obras.

9 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.80.

fornecedores de alimentos no Rio de Janeiro e outras cidades.

Uma terceira questão importante para esta contribuição levantada por este autor foi a de que a descoberta das minas de ouro e diamantes trouxe uma profunda modificação para a sociedade paulista. Em verdade, a crise já vinha se prenunciando anteriormente:

A partir da segunda metade do século (XVII, acréscimo nosso), a aquisição de mão-de-obra indígena através do apresamento tornou-se crescentemente difícil, pois as expedições passaram a enfrentar sertões pouco conhecidos, distâncias maiores e crescentes resistências indígenas. O declínio na rentabilidade das expedições provocou uma séria crise na economia paulista¹⁰.

A alternativa encontrada foi agregar a atividade comercial às práticas agrícolas tradicionais e a demanda pela mão de obra negra nas Gerais fez com que a escravidão indígena passasse a ser substituída pela africana:

Basicamente, a escravidão africana assumiu dois aspectos nitidamente diferentes, embora complementares. E um lado, enquanto mercadoria a ser fornecida para as minas, o comércio do escravo africano colaborou para a transformação de São Paulo em entreposto comercial. Do outro, alguns escravos negros foram integrados às grandes propriedades rurais da região.¹¹

A confrontação dos estudos destes dois autores mostra que o surgimento das casas bandeiristas corresponde ao início do desencadeamento desta fase de transformação da sociedade. Para os objetivos da presente contribuição, isso vem a demonstrar que a presença do negro – e de sua cultura técnica – foi fundamental para a configuração das construções das quais passaremos a tratar.

Para Lemos, o emprego da técnica da taipa de pilão surgiu da falta de opções: não havia, na região, jazidas de carbonato de cálcio para a queima da cal; a ausência de pedras apropriadas para a construção impedia a construção desta alvenaria; madeira havia, mas ficava longe, seu transporte era dificultoso e não havia ferramentas apropriadas para seu preparo.

10 Idem, *ibidem*, p. 209.

11 Idem, *ibidem*, p. 221.

Em compensação havia abundância de terra apropriada para a construção de taipa que era disponível sem custos. Segundo Katinsky¹², seu emprego decorria do fato de que a técnica não exigia especialização, posto que nada mais fosse necessário do que deslocar a terra e socá-la. Argumenta esse autor que, se a técnica era tão simples, os indígenas dispunham da capacidade de se apropriar rapidamente de seu uso. Esse domínio teria se tornado tão notório que a taipa de pilão teria se tornou conhecida na Colônia como especialidade paulista:

O fato é que... a taipa de pilão passou caracterizar a arquitetura paulista até a segunda metade do século XIX. Todos sabiam que a taipa era especialidade paulista, fato proclamado pelo Brasil a fora.¹³

Toda partenogênese parece suspeita quando referida ao gênero humano. Ora, a taipa de pilão certamente se situa entre as técnicas mais antigas conhecidas. Segundo os historiadores europeus, ela passou a ser empregada alguns milênios antes de Cristo, quando os habitantes do “Quarto Crescente” passaram a ocupar a Mesopotâmia do Oriente Próximo. De lá ela teria se difundido pelo norte da África, contornou o Saara e se empenhou pela Europa. Com as invasões berberes na Península Ibérica, ela voltou a ser divulgada na região e se tornou hegemônica no sul de Portugal. Certamente, foi por esta via que ela foi trazida para o Brasil. Prova disso é que, deste logo, ela foi empregada em diversos locais de nosso país. Imaginar que ela surgiu do nada, com feições próprias e específicas, nos parece inverossímil: experiências milenares demonstram que sua execução apresenta muitas variantes como pode ser visto em Mullender¹⁴, por exemplo. Além disso, seria ingenuidade imaginar que sua execução fosse tão simples assim: a existência de mestres taapeiros é uma indicação segura da complexidade de sua execução. Para ser duradoura, requeria um domínio de sua técnica. Em sua durabilidade é de fundamental importância a quantidade de água utilizada na preparação do barro e dos agregados que são adicionados. Para contornar o inconveniente da secagem do qual fatalmente resultam fissuras é necessário adicionar ramos, galhos, fibras vegetais ou animais cuja quantidade deve ser criteriosamente empregada.

Como São Paulo se situava em plena Floresta Atlântica, é difícil

12 KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976, p. 122.

13 LEMOS, Carlos A. C.: *Casa Paulista*, São Paulo, EDUSP, 1999, p. 40.

14 MULLENDER, Jaques et al. *Arquitetura de terra*. Rio de Janeiro: Avenir, 1984.

imaginar que fosse a dificuldade da aquisição de madeiras que teria levado à construção de taipa de pilão. Tampouco foi a abundância de terra adequada que levou ao emprego desta técnica, pois ela também se prestaria para qualquer uma das muitas variantes de taipas leves, para a confecção do adobe ou do tijolo do mesmo modo como ela serviu para a feitura das telhas cerâmicas que cobriam estas construções. Todas estas técnicas faziam parte das centenárias, quando não milenares, tradições construtivas do conquistador.

Portanto, a hegemônica utilização da taipa de pilão se constituiu apenas uma opção – certamente, a mais adequada para as circunstâncias vividas pela população paulista naquele momento histórico – dentre as muitas disponíveis. Como é sabido que São Paulo detinha uma posição de relativa marginalidade no contexto da Colônia até a época da proclamação de independência, parece totalmente fora de propósito as tentativas de enquadrar a linguagem destas construções no âmbito da arquitetura erudita.

Se esta técnica foi trazida pelos conquistadores como evidente a história da arquitetura portuguesa, se impõe uma rápida revisão das origens deste povo. Os descendentes dos Cro-Magnon, a partir do primeiro milênio antes da era cristã, receberam a influência dos celtas que eram peritos na construção com pedras. Enquanto isso, fenícios e outros povos naturais do Oriente Próximo se estabeleceram no litoral sul. Estes povos eram versados em construções de taipa de pilão. Por volta de 150 a.C., as legiões romanas conquistaram a Península e durante meio milênio utilizaram a pedra, o tijolo e a madeira em suas construções.

Com a decadência da Roma Clássica, por volta de 400 a.D., povos germânicos (suevos e visigodos) ocuparam a Península Ibérica e seu domínio durou três séculos. Estes eram peritos na construção com pedras e enxaimais. No alvorecer do século V, invasões islâmicas provenientes de Marrocos ocuparam quase toda a Península. Sua elite dirigente, de origem árabe, se estabeleceu na Andaluzia e os povos berberes dominaram o resto do território conquistado, incluindo Portugal. Esta gente trouxe uma arquitetura sofisticada e variada. Porém, no nível das construções populares, prevaleceu a milenar técnica da taipa de pilão. A convivência entre muçulmanos e cristãos foi relativamente pacífica. Dos constantes atritos entre os feudos cristãos e das taifas muçulmanas que caracterizavam a vida na Idade Média, permitiu que a nobreza cristã paulatinamente suplantasse a islamita até a definitiva tomadas dos últimos redutos em 1492. Como o avanço dos cristãos foi gradual, é difícil definir uma data em que o cristianismo voltou a se tornar hegemônico.

Dentro das perspectivas do tema em pauta, queremos insistir que

os germanos dominaram a região durante três séculos e que nunca houve um domínio “árabe” em Portugal, mas berbere, por vezes também denominados por “mourous”, segundo uma designação que deveria ser evitada¹⁵. Todos estes povos deixaram suas marcas na arquitetura portuguesa.

Pelo fato de que as tipologias das casas dos bandeirantes (ou bandeiristas) serem bastante diversas como mostra a recente publicação de Lia Mayumi¹⁶ e não se dispõe aqui espaço suficiente para fazer uma análise mais acurada de sua totalidade, tomou-se como caso-modelo o do sítio do Padre Inácio. Este apresenta uma sala central, de pé-direito duplo, com dois quartos em cada lado. Na frente há uma varanda que dá acesso a um quarto de hóspedes e a uma capela. A ela dão a porta de entrada e uma – a única – janela da sala. Nos fundos há um corredor que leva ao exterior e um compartimento cujo acesso se dá através da sala. Nele está localizada a escada que leva ao segundo piso que contorna a sala central em forma de U.

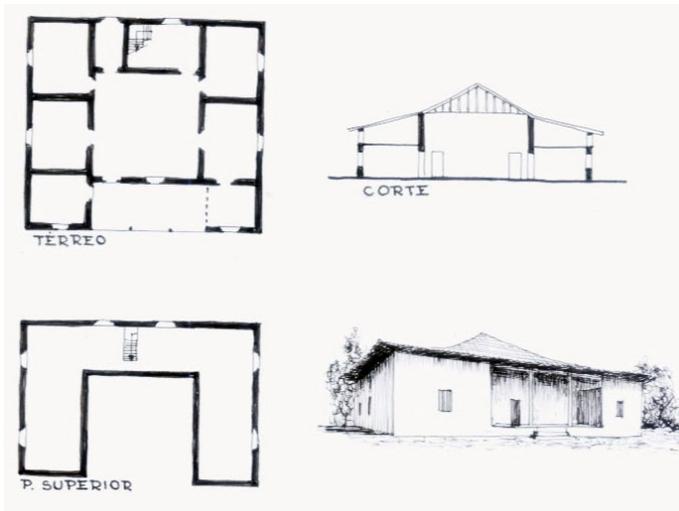


Figura 1: Sítio do Padre Inácio

Muito se tem especulado sobre a origem deste partido já que o mesmo não é encontrado em Portugal. Embora os partidos arquitetônicos no norte daquele país sejam bem diferentes dos das casas bandeiristas, é relativamente comum naquela região a presença de uma varanda com um compartimento fechados numa extremidade. Este é chamado de “quarto

15 “Mouro” é o designativo pátrio dos habitantes da Mauritània. Aos tempos do Império Romano, era este a denominação de todo o noroeste da África o que justificava este designativo em referência aos povos berberes que constituíam a base da sociedade daquela região. Porém, com a sucessiva independência de diversos países desde a Líbia até o Marrocos, hoje esta denominação perdeu sua razão de ser.

16 MAIUMY, Lia. *Taipa, canela preta e concreto*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2008.

de fora” ainda que esteja integrado á vida familiar (por vezes, o único quarto da casa). A existência de outro compartimento na extremidade oposta da varanda é pouco frequente e, em geral, se destina a um depósito, oficina ou função semelhante. Não foi encontrado um exemplar sequer em que se destinasse a uma capela. Pelo fato de ter sido encontrada esta organização na parte dianteira de algumas moradias, estas têm sido apontadas como modelo do partido da casa do bandeirante. Isso, no entanto, parece ser fora de propósito devido ao fato principal tanto os materiais como a técnica construtiva serem características do sul de Portugal.

Em razão disso, a origem de uma sala com pé-direito duplo pertence à tradição das casas ditas “saloias”, características da região alentejana, próxima a Lisboa, conforme os estudos de Fernandes e Janeiro¹⁷. Este termo, de origem berbere (*çahroi* quer dizer “habitante do deserto”), significa “casa de camponês” no regionalismo lisboeta. Apresentam telhados de quatro águas, sem tesouras, caibros ancorados sobre as paredes o que leva a que a construção dos beirados fossem galbados, exatamente na forma como tem sido encontrado reiteradas vezes nas casas dos bandeirantes. Isso exclui, desde logo, a teoria de que estes galbos teriam sido trazidos do oriente (China ou Japão) por artesão ou padres jesuítas que lá teriam exercido seus misteres.



Figura 2: Casa Saloia, em Arneiros dos Marinheiros, Portugal.

A origem saloia das casas bandeiristas, no entanto, apresenta um problema. Nas casas alentejanas não foi encontrado exemplar algum com o prolongamento das quatro águas, à maneira das casas dos bandeirantes.

17 FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lodes. *Arquitetura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na área Atlântica*. Lisboa: Ministério da Educação, 1991.

Porém, é muito comum a existência de construções de um, dois ou até três anexos fechados e cobertos pelo prolongam dos telhados, como foi mostrado na citada obra de Fernandes e Janeiro. Por esta razão não parece ser fora de propósito imaginar que a casa do bandeirante nada mais seja que uma casa salaia com o prolongamento das quatro águas.

Uma questão discutida, mas que não apresenta consenso, é a função do piso superior. Certamente, não era habitado devido a seu baixo pé-direito. A existência de janelas sem peitoril, especialmente, quando sua base se encontra ao nível do entrepiso são tão raros na arquitetura que poderiam se qualificados como “anômalos”. Como explicar a existência nas casas bandeiristas uma vez que o acesso é muito difícil devido ao reduzido pé-direito? Certamente não se tratavam de janelas convencionais!

Há quem julgue que os mesmos seriam adaptações do dito “piso falso” das casas árabes, onde as mulheres ficam recolhidas quando na casa era recebida uma visita masculina que não fosse da família, conforme descrito por Ochoa¹⁸ e que também servia de oficina de tecelagem e de depósito de alimentos. Este entrepiso de pé-direito de cerca de um metro e meio de altura é denominado de *al mejzém* de onde deriva a palavra “armazém” e que também servia de depósito de alimentos. Assinale-se que Lemos diz que o piso superior recebia este qualificativo em certas regiões do interior paulista¹⁹.

Esta, no entanto, não parece ser uma origem mais provável. Uma das razões é que nas casas “árabes” marroquinas, estas janelas apresentam um peitoril baixo por terem sido utilizadas em posição sentada o que não seria viável nas casas bandeiristas devido ao fato de o pé-direito ser demasiado baixo.

Nos tratados sobre a arquitetura portuguesa tem sido dada pouca atenção às origens germânicas (suevas e visigóticas). E é exatamente aí que foi encontrada a possível origem desta singular solução. É tradição germânica a estocagem de cereais, especialmente do trigo, sob o telhado. Depois de colhido, necessita de uma secagem suplementar para evitar a criação de fungos. Daí vem a serventia das pequenas janelas ao nível do piso, pois propiciam uma ampla ventilação cruzada ao nível do piso. Corrobora nesta hipótese o fato de que o acesso ao piso superior na casas dos bandeirantes²⁰

18 OCHOA, Alfonso de Sierra. *La Vivienda Marroqui: Notas para uma teoria*. Málaga: Algazara, 1996.

19 LEMOS, Carlos A.C. Op. cit. p. 35.

20 Este piso tem sido designado equivocadamente de “jirau”. Esta palavra indígena designa uma armação horizontal de madeira suspensa a meia altura, em geral, utilizada como depósito de utensílios. Em respeito à cultura indígena, deveria ser evitado o uso indevido do termo.

era feito pelo interior da casa, através de um quarto cujo acesso se dava através da sala central, exatamente como entre os povos germânicos²¹. Esse entendimento adquire ainda maior consistência com a demonstração de Monteiro, de que os bandeirantes eram grandes produtores de trigo.

Aqui também não deve ser descartada a hipótese de que a origem germânica tenha entrado em sintonia com a tradição islâmica de servir de depósito e resguardo de mulheres no caso de haver necessidade do acesso de um homem estranho ao interior da casa.

Outra influência que tem sido desprezada é a da cultura negra. Segundo um estudioso das casas bandeiristas “o escravo, como é sabido, não é gente, é instrumento e como tal se adapta, até certo ponto, ao viver do senhor²²”. Ora, em se partindo de concepções tão preconceituosas, dificilmente se haverá de encontrar qualquer influência negra nas construções bandeiristas. Os levantamentos mostraram que quase todas essas casas eram construídas sobre plataformas (naturais ou artificiais) de terra. Esta não é uma solução portuguesa devido ao clima seco do país, mas é uma solução corrente nas regiões úmidas da África, pois foram os negros que descobriram que a forma mais eficiente de combater a umidade das paredes que penetra por via da capilaridade é a construção sobre plataformas²³.

Da mesma forma, é sabido que construções em taipa de pilão eram de domínio de algumas populações africanas²⁴ o que implica que a mesma também pudesse se originado por esta via, mas é mais provável que seu uso tenha sido resultado da superposição de duas tradições, ibérica e negra. Isso se torna evidente na medida em que as taipas leves também participavam da construção de algumas casas bandeiristas como foi documentado em Lemos²⁵.

Este autor fez longas discussões a respeito dos fogões utilizados nas casas dos bandeirantes²⁶. A tradição européia era a de suspender a panela ou chaleira numa corrente ou cremalheira ou, ainda, por meio de uma

21 WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005, cap. 4, passim.

22 KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976, p. 132.

23 Neste sentido há numerosas referências nos capítulos que tratam da África Subsaariana em OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1999. Vol. 3°.

24 Ver BARDOU, Patrick; ARZOUANIAN, Varoujan. *Arquiteturas de adobe*. Barcelona: Gilli, 1979, p.33 e seg.; OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1999. Vol. 3°.

25 LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 51.

26 LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 33/4.

trempe sobre o fogo, mas a constatação de que majoritariamente os potes de cerâmica ou as chaleiras eram apoiados sobre três pedras ou de blocos de cupinzeiro evidencia a presença africana, pois era esta a forma mais comumente encontrada nas habitações daquele continente.

Curiosa é a questão que envolve a localização da cozinha. Os autores divergem sobre a mesma no que se refere à casa bandeirista. Por vezes se afirma que elas se localizavam fora da casa, sob um telheiro que, por vezes, é atribuída à tradição indígena. Noutras se diz que se cozinhava dentro da grande sala central, especialmente, em dias frios, quando o fogo também servia de aquecimento da casa. No Sítio da Ressaca foi localizado um aprofundamento no piso de um cômodo ao lado da sala principal com restos de carvão o que foi interpretado como sendo um lugar permanente de cozimento. Outros entendem que a cozinha teria sido instalada nos alpendres posteriores, ditos, “de serviço”. Resumindo, pode-se dizer que não havia um lugar definido para esta função ou, então, que ela era exercida em lugares diferentes, conforme a ocasião ou a temperatura ambiente.

Como explicar este estranho comportamento? Dentro das diversas vertentes da cultura portuguesa constatamos que nas casas dita “árabes”, havia uma cozinha, sim, mas ela não servia para cozinhar. Nela eram guardados os apetrechos de cozimento, pois o ato de cozinhar era feito em fogareiros móveis e era praticado no “riad” ou “fujra”, ou seja, no espaço aberto central da casa. Terminada a refeição, tudo era recolhido à cozinha onde os apetrechos eram lavados e guardados. Na tradição berbere, havia um espaço chamado de “cozinha” que, no entanto, seria mais correto chamar de comedor, pois o cozimento era realizado sobre um balcão localizado num canto deste espaço onde as panelas eram suspensas em trempes. As refeições eram realizadas no meio do “comedor”, sobre um tapete estendido sobre o chão, no centro do qual ficava a panela com a comida. Todos os convivas se sentavam em seu redor e se servia diretamente com sua colher. Este procedimento evoluiu, em Portugal, com a manutenção do mesmo espaço que continuou a ser denominado de “cozinha”, mas o cozimento era feito num nicho que era fechado com uma cortina ou, eventualmente, com uma porta, em que o balcão sustentava a trempe ou uma corrente na qual era suspensa a panela. Tudo indica que em tempos antigos era mantida a tradição de se comer sentado sobre um tapete no meio da cozinha, com todos os convivas se servindo com sua colher ao modo berbere. Este costume, ao longo do tempo foi abandonado com a introdução de mesa de refeições. Os nichos eram denominados de “lar”, por influência da cultura romana, mas pouco tinham a ver com a forma das cozinhas desta cultura que consistiam em grandes espaços de fogo aberto e cuja cobertura terminava em paredes inclinadas, na forma de uma alta chaminé. Esta tipologia foi preservada

nos castelos e palácios.

Na cultura indígena, as grandes construções coletivas abrigavam muitas famílias e cada qual mantinha o seu fogo aberto que servia de aquecimento durante a noite e de preparo para a alimentação durante o dia. Esta era uma regra que apresentava algumas variantes conforme a cultura ancestral trazida da Sibéria. Ao que nos consta, somente uma linhagem de cultura siberiana cozinhava sob uma cobertura, fora da casa que eram os Cantis que habitavam no sudeste dos Montes Urais e dos quais descendiam os Charruas pampianos. Os demais indígenas todos mantinham seus fogos dentro das casas.

A diversidade das habitações africanas era tão grande que não é impossível reduzi-las a uma ou poucas tipologias características. Mas, dentre as mesmas, prevalecia, no que diz respeito à emigração para o Brasil, as que eram praticadas a céu aberto ou, preferencialmente, sob uma precária cobertura de palha no meio do conglomerado e construções monofuncionais denominado de *kraal*²⁷, como é mostrado na figura seguinte. O fogão em si, consistia numa associação de três pedras entre as quais era feito o fogo e sobre a qual era apoiado a panela.



Figura 3: Fogão africano.

27 Esta é uma palavra holandesa que foi levada à África do Sul pelos *boers* e utilizada para caracterizar os assentamentos familiares bantos e, por vezes, de outras culturas como os *koisam*. Consta que a origem desta palavra seria portuguesa (“curral”) que teria sido levada para os Países Baixos pelos judeus perseguidos pela Inquisição. Obviamente, se trata de um termo pejorativo para o qual deve-se encontrar uma alternativa não agressiva.

Diante de tamanha variedade de tradições, era difícil encontrar uma forma de convergência e certamente há de servir de explicação para a diversidade de procedimentos referente à cocção dos alimentos. Esta deve ter se dado de acordo com a diversidade das miscigenações que se processaram. O desenho seguinte, baseado numa gravura de Debret, bem mostra esta miscigenação conforme a encontrou numa casa num subúrbio do Rio de Janeiro onde se percebe as pessoas sentadas sobre um tapete (ao modo islâmico) ou sobre uma esteira (indígena ou africana), dentro de uma casa à portuguesa em que o fogão situado em compartimento anexo à sala principal foi construído sobre uma base de barro ao modo sul-angolano e o fogão constituído por três pedras no formado banto. Esta ilustração não se refere a uma casa bandeirista, mas bem pode indicar como se processaram os possíveis arranjos dentro das casas bandeiristas.

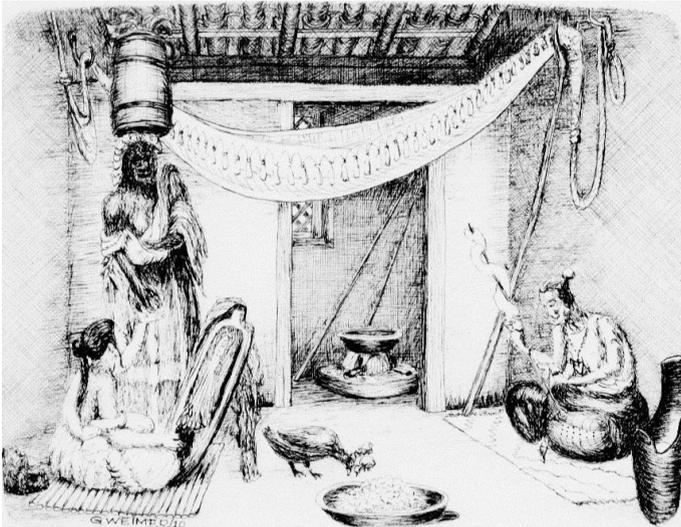


Figura 4: Desenho de uma casa popular brasileira, baseado em imagem de Debret intitulada “casa de pobre”.

Os levantamentos das casas dos bandeirantes demonstram terem sido recorrentes as construções de guarnições das aberturas em de madeira (vergas, ombreiras e peitoris ou soleiras). Os peitoris e vergas eram vazados para embutir os balaústres que as gradeavam, e os gonzos das folhas das janelas. Como as guarnições na arquitetura portuguesa são de pedra, tem-se afirmado que as aberturas das casas dos bandeirantes se constituíam numa adaptação dessa técnica portuguesa para o uso da madeira²⁸. Outra origem possível seria a influência da arquitetura japonesa²⁹.

28 Idem, *ibidem*, p. 121.

29 Idem, *ibidem*, p. 146.

No entanto, a colocação de grades nas janelas, em Portugal, era rara e quando estas existiam, eram de ferro, como o demonstram os levantamentos da arquitetura popular realizado por arquitetos daquele país³⁰. Folhas de portas e janelas eram fixadas por dobradiças e não por gonzos o que significa que o entendimento de que esta forma de solucionar o problema das aberturas fosse de origem lusitana é altamente discutível. Pelo contrário, verbetes sobre a arquitetura africana na citada enciclopédia da arquitetura organizada por Paul Oliver mostram que solução era comum na arquitetura sudanesa, ao longo da costa do Golfo da Guiné. Aí a colocação de grades é interpretada como uma defesa dos moradores contra invasões de estranhos, ao contrário das casas bandeiristas onde as mesmas são vistas como artifício de enclausuramento das mulheres. Isso indica que aqui também ocorreu uma superposição de duas tradições culturais diversas em que a mais antiga passou a ser utilizada para novos fins.

Até aqui foram examinadas apenas características referentes às casas. É claro que estas não estavam isoladas. Em seu entorno havia outras construções sobre as quais se dispõe de espaço para maiores considerações, mas é conveniente abordar, pelo menos, dois tópicos. Lemos se refere aos monjolos que, em sua opinião, seriam de origem da Índia. No entanto, convém assinalar que “Monjolo” é o nome de uma etnia africana à qual se atribui a descoberta de uma forma mecânica de moer os grãos que dispensa o uso manual de pilões. Os dicionaristas são unânimes em atribuir uma origem africana ao termo. Consta também a existência de uma árvore denominada “Monjolo” com os quais os mesmos teriam sido confeccionados. Por tudo isso, é-se levado a supor, ao contrário do que propõe Lemos, que a origem deste engenho seja, na realidade, africana.

O mesmo também vale para as cercas que protegia as propriedades. Segundo Lemos:

[...] os depósitos de gêneros, os paióis, os moinhos de trigo e milho, a casa de fazer farinha, o monjolo de fazer canjica, o galinheiro, o curral de tirar leite, a moenda de fazer rapadura e para a cachaça e o pomar... Tudo protegido por valados, por cercas de madeira ou por muros de taipa.³¹

Ora esta é uma descrição típica de um *kraal* banto que se distribuía, em ampla variedade, por todo o sul da África, como foi demonstrado no

30 AMARAL, Francisco Keil et al. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. 3º vol, passim.

31 Idem ibidem, p. 29.

livro “Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura”³².

Para concluir, é a intenção desta contribuição trazer alguns argumentos para o aprofundamento das questões que envolvem as origens das casas bandeiristas. Foram surpreendentes as incidências de influências tão variadas nestas construções, em especial, as de culturas africanas e germânica. Isso levou à conclusão de que as mesmas bem como seu agenciamento espacial, foram produto de uma profunda miscigenação das culturas básicas de nossa formação étnica na qual o peso geralmente atribuído às indígenas pendeu mais para as africanas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Francisco Keil et al. *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. 3º vol.
- ANDRADE, Mário de. Capela de Santo Antônio. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 1, 1937.
- BARDOU, Patrick; ARZOUMANIAN, Varoujan. *Arquitecturas de adobe*. Barcelona: Gilli, 1979.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. São Paulo: Nacional, 1934.
- FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lordes. *Arquitectura Vernácula da Região Saloia: Enquadramento na área Atlântica*. Lisboa: Ministério da Educação, 1991.
- KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas*. São Paulo: USP – Departamento de Geografia, 1976.
- LEMONS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins, 1943.
- MAIUMY, Lia. *Taipa, canela preta e concreto*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2008.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MULLENDER, Jaques et al. *Arquitetura de terra*. Rio de Janeiro: Avenir, 1984.
- OCHOA, Alfonso de Sierra. *La Vivienda Marroqui: Notas para uma teoria*. Málaga: Algazara, 1996.

32 WEIMER, Günter. *Interrelações afro-brasileiras na arquitetura*, Porto Alegre, EdPUC-RS, 2015, p. 108 e seg.

- OLIVER, Paul. *Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World*. Cambridge: University Press, 1999. Vol. 3°.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- WEIMER, Günter. *Arq. pop. Bras.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WEIMER, Günter. *Arquitetura Popular da Imigração Alemã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.
- WEIMER, Günter. *Interrelações afro-brasileiras na arquitetura*. Porto Alegre: EdPUC-RS, 2015.

Recebido em 14/12/2015

Aprovado em 14/12/2015